

Mentiras

Cândida Silva-Joaquim*

Resumo: Apresentam-se algumas considerações sobre a mentira como acção verbal, numa perspectiva de análise da pragmática linguística, e defende-se a construção de uma teoria da mentira como parte de uma teoria mais geral das acções humanas, e mais especificamente, das acções enganosas.

Ao Rui que gostava de brincar com um peixinho salmão

Há um tempo atrás, numa agradável conversa cujo tema colateral era a mentira, dizia-me o meu interlocutor:

"Oh! Há mentiras boas, caridosas... às vezes, não me importo nada que me mintam..."

1. E o que é a mentira?

A mentira constitui-se em forma canónica como uma acção linguística, que usa essencialmente actos de fala representativos (asserções, descrições, explicações, garantias, etc.), compromissivos (promessas, ameaças...) e expressivos (desculpas, respostas, justificações...). A mentira deverá ser analisada para poder ser considerada em todos os seus aspectos e variantes, dentro de um enquadramento mais geral, que permita situá-la em relação a outras acções do mesmo tipo, mais propriamente, numa teoria das acções enganosas.

2. Características da mentira

Seguindo Falkenberg (1982), podemos caracterizar a mentira da seguinte maneira:

a) A mentira é pessoal: i.e., há sempre um autor para cada mentira. É esta característica que distingue a mentira do boato.

* Docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

b) A mentira é intencional: depende exclusivamente da vontade do autor. Ninguém mente sem querer; pode enganar-se, não saber ou confundir, mas isso não é mentir. Há mentiras bem intencionadas e mal intencionadas, mas são sempre um resultado da vontade ou, melhor, da intenção.

c) A mentira é verbal: consiste essencialmente na enunciação de expressões linguísticas. Não há mentira se não houver exercício verbal, oral ou escrito, e há muitas maneiras de conduzir ao engano que não são propriamente mentiras. A mentira realiza-se na enunciação linguística e a sua manifestação máxima de afastamento em relação à situação canónica ocorre na enunciação corporal-linguística, não verbalizada, mas em que o gesto substitui principalmente enunciados do tipo "sim"/"não".

d) A mentira é temporal: pode ser sempre datada.

e) A mentira é social: dirige-se sempre a outrem.

3. Tipos de mentiras

Há mentiras fortes e fracas, directas e indirectas e ainda diferentes graus de "esbatimentos". Enganos, erros, omissões, *lapsus linguae*, trocas, exageros, subestimações, ocultações, ironias, etc.; não são consideradas mentiras. A acção de "enganar-se a si próprio" não é aqui tratada, por se considerar não pertencer à forma canónica da mentira.

4. O que não é a mentira

A identificação da mentira não se faz simplesmente pela distinção entre o verdadeiro e o falso. Se na realidade uma coisa é falsa, não é obrigatoriamente mentira considerá-la verdadeira. E, por exemplo, dissimular é diferente de mentir. A ignorância, a indecisão ou a indiferença, podem levar a posições não-verdadeiras, o que não deve ser confundido com mentiras. O contrário de "ser mentiroso" é "ser sincero", e não "ser verdadeiro", embora o uso linguístico quotidiano utilize muitas vezes as duas expressões como sinónimos, especialmente quando se trata de situações e de contextos em que o contraste entre elas não é pertinente.

5. O paradoxo do mentiroso

Muitas vezes é apresentado como exemplo paradoxal da mentira, a seguinte situação: Alguém diz: - Eu estou (sempre) a mentir. O paradoxo é o seguinte: das duas uma, ou mente sempre e então aquilo que acabou de dizer é uma

mentira, pelo que não se trata de um mentiroso (pois está a dizer/diz verdade), ou então aquilo que acabou de dizer é de facto mentira, pelo que na realidade o seu autor fala sempre verdade! Este problema, embora esteja de certo modo relacionado, não pode receber o tratamento justo dentro de uma teoria da mentira, na medida em que constitui unicamente uma ocorrência de um paradoxo (o paradoxo do mentiroso). O seu lugar natural de análise deve ser, por conseguinte dentro de uma teoria dos paradoxos.¹

6. Para uma teoria das acções enganosas

A teoria da mentira deve fazer parte de uma teoria das acções enganosas. Mentir é só uma das muitas maneiras de enganar, embora a única que se distingue pelas suas características especificamente linguísticas. Sendo fundamentalmente uma acção e dado o carácter de intencionalidade que a determina, deve então ser tratada num âmbito mais geral, o das acções humanas consideradas na seus diversos tipos. Searle (1983) desenvolve um aparato conceptual que permite uma análise mais rigorosa de estados e eventos intencionais incluindo noções como conteúdo intencional, modo psicológico, condições de satisfação, direcção de objectivo, *network*, *background* e a distinção entre diferentes tipos de representações. Usando este enquadramento, é possível explorar as relações entre intenções e acções. O reconhecimento do papel fundamental da intencionalidade na caracterização do comportamento humano e na própria estrutura da acção, permitirá certamente obter um avanço considerável na descrição e na explicação das acções e contribuir decisivamente para a sua classificação.

7. A mentira como acção linguística

Todos os enunciados servem para expressar proposições e, frequentemente, para realizar acções². As acções linguísticas têm como função substituir, preparar, esclarecer, conduzir a acções materiais diversas, e ainda substituir factos sociais, o que acontece quando, por exemplo, damos uma resposta em vez de mostrar um objecto, distribuímos tarefas, apresentamos uma justificação ou damos uma desculpa, ensinamos alguma coisa a alguém, damos uma instrução, despedimos ou elegemos uma pessoa³.

8. A utilização do acto de fala

Lewis e Searle consideram que a mentira altera a natureza da asserção. Outros autores consideram a mentira como uma pseudo-asserção, cujo valor só seria atribuído por parte do destinatário (Ehlich/Martens, 1975; Falkenberg, 1982). Qualquer destas posições leva à necessidade de considerar a mentira como uma acção linguística especial, o que parece não se justificar. É que a mentira, como acção linguística, apresenta uma organização convencional, utilizando os actos de fala representativos, compromissivos e expressivos e, por isso, pode ser classificada dentro dos esquemas habituais. O que a distingue como acção linguística enganosa (em relação às não-enganosas) é determinável ao nível das atitudes proposicionais. Wunderlich (1976) apresenta as seguintes distinções:

Loc (o locutor) afirma que P (proposição):

Afirmação séria: Loc sabe que P (Loc acredita, que sabe, que P)

Afirmação mentirosa: Loc sabe que não-P

Afirmação errónea: Loc não sabe se P

Afirmação enganadora: Loc acredita que sabe que P, c: não-P.

9. A exploração do princípio de cooperatividade

A mentira é uma acção linguística mas não é uma acção comunicativa porque infringe o princípio de cooperatividade (Grice, 1967). O princípio de cooperatividade apresenta quatro máximas, que podemos resumir, tendo em vista a questão em análise, do seguinte modo:

Máxima de relação:

- Sê relevante. (A contribuição deve ser tal, que tenha em conta os tipos e focos de relevância necessários na conversação, bem como a mudança legítima dos assuntos, etc.)

Máxima de quantidade:

- Sê informativo. (A contribuição deve ser tão informativa quanto o necessário para a finalidade actual da troca comunicativa e não mais do que isso.)

Máxima de qualidade:

- Sê verdadeiro. (Não dizer aquilo que se pensa ser falso; não dizer aquilo para que não se dispõe de evidência adequada.)

Máxima de maneira:

- Fala claramente. (Evitar a obscuridade; evitar a ambiguidade; ser breve; ser ordenado.)

Estas máximas não pretendem atribuir qualquer estatuto moral à comunicação linguística, mas antes tornar visíveis as garantias do seu funcionamento. Para que a comunicação resulte, tem que haver uma certa confiança por parte

dos interlocutores e, desde que haja suspeita de mentira, o princípio de cooperatividade é imediatamente atacado, o que vai tornar a comunicação mais difícil e, portanto, mais elaborada. Na situação típica em que costumamos comentar "Com a verdade me enganas" ocorre uma exploração das máximas, em particular da máxima de qualidade (sê verdadeiro) e da máxima de maneira (fala claramente). Também aqui o princípio de cooperatividade é ferido. O interlocutor é levado a inferir um conjunto de proposições que, supostamente, são adequadas ao posicionamento do locutor, advindo daí, na aparência, a manutenção do princípio de cooperatividade. Não se trata, neste caso, aqui de uma mentira canónica, mas sim de uma acção enganosa, ou "mentira esbatida" em que, mais uma vez, se pretende conseguir uma deslocação do horizonte de comprometimento.

10. A deslocação do horizonte de comportamento

O acto de fala representativo obriga o locutor à verdade da proposição asser-tada e, nomeadamente, à aceitação das consequências que daí advêm. Essas consequências são condições para o posterior comportamento do locutor e são, por um lado, decorrências de diferente grau do que foi dito, mas também do que Wunderlich chama condições contextuais da afirmação, i. e., implicaturas contextuais fracas, como por exemplo, que o alocutário faça uso da circunstância do locutor considerar P como verdadeiro, ou que pretenda que as suas acções posteriores sejam adequadas ao facto P. É aqui que a gestão da acção linguística "mentira" pode dar os seus frutos, não só ao nível do acto elocutório e perlocutório, mas também pelo facto de o locutor, ao dizer uma mentira, tentar conseguir uma deslocação do horizonte de comprometimento para uma posição mais favorável, permitindo assim que o seu comportamento posterior (ao acto de fala) esteja justificado, o que, aliás, conseguirá sempre que a mentira (a sequência interactiva) fôr feliz. Estas implicaturas contextuais fracas são sempre válidas para determinados contextos. Para diferentes tipos de actos de fala são válidos diferentes tipos de implicaturas que o locutor tem de aceitar. A mentira permite, portanto, gerir favoravelmente o grau e o âmbito de comportamento do seu autor na acção linguística de que é o protagonista.

11. Fecho

Há mentiras boas e más, de que gostamos e de que não gostamos. E aquelas de que gostamos são, talvez, as que o não são!

Abomino a mentira, porque é uma inexactidão.

Ricardo Reis

Notas

- 1 Cf., por ex., P. Watzlawick, 1982, para a questão dos paradoxos e Beeh, 1988, para as chamadas frases - mentira.
- 2 Cf. J.L. Austin, 1962; Searle, 1969.
- 3 Cf. D. Wunderlich, 1976.

Bibliografia

- AUSTIN, J.L., *How to do things with words*, Oxfor, Osford University Press, 1962.
- BEEH, V. "Wahrheit, Theoremheit, Beweisbarkeit und die entsprechenden Lügner-Sätze", *Zeitschrift für Sprachwissenschaft* 7.2, 1988, pp. 151-172.
- ELIICH, K. & MARTENS, K. "Sprechhandlungstheorie und double-bind", in: WUNDERLICH, D. (org.) *Linguistische Pragmatik*, Wiesbaden, Athenaion, 1975, pp. 377-403.
- FALKENBERG, G. *Lügen, Grundzüge einer theorie sprachlicher Täuschung*, Tübingen, Niemeyer, 1982.
- GRICE, H. P. "Meaning", in: STEINBERG D. & L. JAKOBOVITS *Semantics: An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1971, pp.53-59. Trad. port. in LIMA J. P. (org.), *Linguagem e Acção: da filosofia analítica à linguística pragmática*, Lisboa, Apáginastantas, 1983, pp.89-105.
- GRICE, H. P. *Logic and Conversation*, Harvard Univ. (polic.), 1967. Reimpr. parc. in: COLE P. & MORGAN J. (org.) *Syntax and Semantics vol.3: Speech Acts*, New York, Academic Press, 1975, pp. 41-58.
- GRICE, H. P., "Further Notes on Logic and Conversation", in: COLE P. (org.) *Syntax and Semantics vol 9: Pragmatics*, New York, Academic Press, 1978, pp. 113-127.
- GRICE, H. P., "Presupposition and Conversational Implicature", in: COLE P. (ed.) (1981) *Radical Pragmatics*, New York, Academic Press, 1981, pp. 183-198.
- HERRINGER et al. *Einführung in die praktische Semantik*, Heidelberg, Quelle und Meier, 1977.
- SASSE, G. & TURK, H. (org.), *Handeln, Sprechen und Erkennen: Zur Theorie und Praxis der Pragmatik*, Göttingen, Vandenhoeck, 1978.
- SCHAEFF, A. *Einführung in die Semantik*, (Trad. alemã) Reinbek b. Hamburg, Rowohlt, 1973.
- SEARLE, J. R. *Speech Acts*, Cambridge, Cambridge Univ. Press., 1969, Trad. port. John R. Searle, *Os Actos de Fala*, Coimbra, Almedina, 1981.
- SEARLE, J. R., *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1983.
- WATZLAWICK, P. *Menschliche Kommunikation: Formen, Störungen, Paradoxien*, Vienna, Hans Huber, 1982.
- WRIGHT, R. A., "Meaning and Conversational Implicature", in: COLE P. & MORGAN J. (org.), *Syntax and Semantics*, vol 3: *Speech Acts*, New York, Academic Press, 1975, pp. 363-382.
- WUNDERLICH, D., "Zur Konventionalität von Sprechhandlungen", in: WUNDERLICH D. (org.), *Linguistische Pragmatik*, Wiesbaden, Athenaion, 1975, pp. 11-58.
- WUNDERLICH, D., *Studien zur Sprechakththeorie*, Frankfurt/M. Suhrkamp, 1976.